



Resolução Nº 01 /2023

Câmara Municipal de Varginha

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE CARGO PÚBLICO NO QUADRO DE SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VARGINHA.

A Câmara Municipal de Varginha, Estado de Minas Gerais, por seus representantes aprovou e sua Mesa Diretora Promulga a seguinte,

RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica criado o seguinte cargo público no Quadro de Servidores da Câmara Municipal de Varginha:

Denominação	Provimento	Classe	Quant.	Valor
Assessor Parlamentar	Ampla	I	5	R\$ 2.203,20

Art. 2º O Relatório de Estimativa do Impacto Orçamentário-financeiro, consta do Anexo I desta Lei.

Art. 3º As atribuições do respectivo Cargo criado constam do Anexo II desta Lei.

Art. 4º A indicação de servidor para ocupar o cargo de Assessor Parlamentar Classe I a que se refere o artigo 1º desta Resolução será realizada por indicação individual de cada Vereador.

Art. 5º Caberá exclusivamente à Presidência, após apresentação dos nomes para ocupação do cargo mencionado no artigo 1º, analisar a documentação descrita no artigo 6º desta Resolução e, caso não haja restrição, mediante a assinatura do termo de posse no qual o servidor firmará o compromisso de fiel cumprimento dos deveres e atribuições do cargo, promover a nomeação.



Câmara Municipal de Varginha

Art. 6º No ato da posse, o servidor nomeado para ocupar cargo de recrutamento amplo de assessor parlamentar na Câmara Municipal assinará termo de posse no qual firmará o compromisso de fiel cumprimento dos deveres e atribuições do cargo e apresentará, sem prejuízo de outros documentos requeridos pela direção geral da Câmara Municipal de Varginha:

- I - declaração de bens e direitos que constituem seu patrimônio;
- II - declaração de inexistência dos impedimentos previstos nos arts. 7º;
- III - certidão de quitação eleitoral extraída da página do Tribunal Superior Eleitoral;
- IV - atestado de bons antecedentes.

Art. 7º É vedada a posse no cargo em comissão de recrutamento amplo na Câmara Municipal de Varginha de:

I - cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau de:

- a) vereador;
- b) servidor efetivo ocupante de cargo ou função de direção, chefia ou assessoramento;
- c) servidor ocupante de cargo de recrutamento amplo.

II - pessoa que exerça atividade empresarial ou participe de sociedade empresarial, exceto como acionista, cotista ou comanditário;

III - pessoa que conste como acionista, cotista ou comanditado detendo a função de administração da empresa ou da sociedade empresarial;

IV - pessoa condenada nos termos da alínea "e" do inciso I do art. 1º da Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1990, com a redação dada pela Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010.

Art. 8º - O ocupante de cargo em comissão de recrutamento amplo de Assessor Parlamentar será automaticamente exonerado:

- I - com o encerramento da legislatura;
- II - com o afastamento do Vereador;
- III - na hipótese da licença do Vereador;
- IV - com a ocorrência de vaga na Câmara Municipal, em razão de falecimento, renúncia ou perda de mandato do Vereador.



Câmara Municipal de Varginha

Art. 9º A servidora gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, tem assegurada sua estabilidade no cargo, vedados a sua exoneração, o seu reposicionamento e o seu remanejamento.

Parágrafo único – Na hipótese de ato de exoneração, se for constatado posteriormente que a servidora estava grávida quando foi exonerada:

I - o ato será tornado sem efeito, com a reintegração da servidora ao cargo;

II - eventual servidor que tenha sido nomeado será exonerado automaticamente.

Art. 10- O décimo terceiro salário devido aos servidores será calculado proporcionalmente às remunerações percebidas no respectivo exercício financeiro, com a aplicação do percentual de adicional por tempo de serviço, quando for o caso, a que faça jus o servidor no mês de dezembro de cada ano ou do último mês referente ao acerto rescisório, em caso de desligamento do cargo.

Art. 11- Caberá exclusivamente à Presidência promover a livre nomeação e exoneração dos cargos que trata esta Resolução, na forma do Regimento Interno da Câmara Municipal de Varginha.

Art. 12 - As despesas decorrentes desta Resolução correrão à conta de dotação orçamentária própria da Câmara Municipal de Varginha.

Art. 13- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**Câmara Municipal de Varginha, em 15 de fevereiro de 2023.
140º da Emancipação Político Administrativa do Município**

POLIANO DE JESUS RIOS
Presidente


CARLOS ROBERTO RODRIGUES
Vice Presidente


REGINALDO TRISTÃO
Secretário